EJA - O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

HISTÓRICO BRASILEIRO, IMPORTÂNCIA E DESAFIOS ENFRENTADOS

EDIVIRGENS DE SOUZA GRANGEIRO

RESUMO:

Este artigo foi escrito com o objetivo de chamar atenção para a modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos), ressaltando sua importância e como a maneira que é aplicada em sala de aula reflete diretamente no desenvolvimento da sociedade como um todo. Passamos por seu contexto histórico, desde a colonização do Brasil onde foi implementada como Alfabetização e Catequização, de maneira elitizada pelos Jesuítas, as mudanças que sofreu no decorrer dos anos com campanhas e movimentos de regulamentaram-na por leis e diretrizes, até os dias atuais. Por fim, buscamos compreender os principais desafios enfrentados nesta modalidade, tanto pelos educadores quanto pelos alunos e refletimos sobre quais seriam as possíveis medidas e serem tomadas para ajudar esta modalidade de Ensino tão importante a se desenvolver plenamente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos; Ensino; Ensino democrático.

ABSTRACT: This article was written with the aim of drawing attention to the EJA (Youth and Adult Education) teaching modality, highlighting its importance and how the way it is applied in the classroom directly reflects on the development of society as a whole. We go through its historical context, from the colonization of Brazil where it was implemented as Literacy and Catechization, in an elitist way by the Jesuits, the changes it underwent over the years with campaigns and movements that regulated it by laws and guidelines, until the present day. . Finally, we seek to understand the main challenges faced in this modality, both by educators and students, and we reflect on what would be the possible measures to be taken to help this modality of teaching so important to develop fully.

KEY-WORDS: Youth and Adult Education; Teaching; Democratic teaching.

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e adultos (EJA) se define como o processo de aprendizagem da parcela da população que não concluiu ou nunca frequentou o ensino fundamental e médio em tempo hábil, por diversos motivos. Está hoje assegurada por leis, que garantem sua gratuidade e integralidade. É de essencial importância tendo impacto direto na sociedade, porém ainda enfrenta muitos desafios para alcançar sua plena excelência.

Diante de tal fato, o presente artigo teve como principal objetivo discorrer sobre o contexto histórico da EJA desde seu início com a colonização do Brasil, toda sua evolução no decorrer do tempo principalmente na década de 60 onde passou a ser mais valorizada por meio de movimentos e campanhas em todo o país, como questões políticas e econômicas que influenciaram de maneira direta e indireta em seu desenvolvimento, até os dias atuais.

É importante discutir sobre sua real importância social, tanto individual como coletiva, além de se atentar aos desafios e barreiras a serem transpassados para que esta modalidade tão necessária alcance êxito em sua proposta de transformar um perfil de pessoa mais carente e marginalizada em plenos cidadãos, conhecedores de seus direitos e deveres, capazes de modificar a realidade em que estão inseridos.

Para isso é necessário primeiramente buscar entender o perfil da população que compõe a EJA, compreendendo suas necessidades, o ambiente em que vivem e etc., para que assim possam ser planejadas metodologias voltadas especificamente para esta demanda, assim como a criação de políticas públicas para melhor atender esta população.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394/96 a EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma modalidade de ensino que tem o objetivo de gerar oportunidade para a formação escolar daqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio no tempo hábil por diversas razões, sendo complexa e transcendente a questões puramente educacionais.

Para dar início, a EJA tem sua história caracterizada desde o princípio pela negação e exclusão de direitos, o que coincide com a própria história do povo brasileiro. O conhecimento, totalmente elitizado, esquecia-se socialmente das camadas menos favorecidas como os pobres, os negros e deficientes, deixando-os excluídos do processo de escolarização.

No Brasil pode-se considerar como início da história do EJA sua colonização com o ensino dado pelos Jesuítas no século XVIII, que chegaram com o intuito de catequizar e alfabetizar os nativos, claro que com o objetivo de elitizar e hierarquizar, sendo que esta

dava ênfase a política pombalina, sendo direcionada especificamente aos filhos dos colonizadores, todavia estes deram o ponta pé inicial para a educação de adultos em nosso país. Porém, a chegada da família real no ano de 1759 acarretou em sua queda, colocando a educação as margens do império.

Durante este período o letramento destas pessoas marginalizadas era considerado como um ato de caridade. "Era necessário 'iluminar' as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso" (STEPHANOU; BASTOS, 2005). Aqui a alfabetização de jovens e adultos deixa de ser um direito para ser um gesto de solidariedade.

Já em 1952, foi criada a CNER, Campanha Nacional de Educação Rural, onde os educadores já começam a sentir a necessidade de romper com os preconceitos com as pessoas analfabetas. E aqui começamos a conhecer o renomado pedagogo Paulo Freire, que chama atenção à necessidade essencial de contextualização do educando em seu processo de ensino, levando em conta sua real necessidade, devendo ser problematizado as condições de miséria em que vivem.

A EJA começou a ganhar reconhecimento e valor novamente por volta de 1947, pela campanha de Educação de adultos, e o grande marco se deu pelo art.37/38 da LDB, uma vez que este garantiu e reconheceu a Educação de Jovens e Adultos como direito obrigatório e gratuito de todos os cidadãos, tendo as funções de preparar, equalizar e qualificar. Sua história no Brasil teve início no século XX na Paraíba, onde apareceram as primeiras escolas com a criação da LDB em 1961 e a força de movimentos e campanhas em prol de educação.

Segundo Di Pierro (2008),

[...] a história do Brasil entre a década de 1950 e 1960, o ensino passou por retrocessos e avanços que resultaram em campanhas de movimentos em favor da educação popular, intencionando alfabetizar em massa e erradicar o analfabetismo. E, na ausência de interesse político para com a modalidade, acabou por permanecer à margem do ensino por anos.

Nos anos 60, vários movimentos em diversas regiões do país elevaram esta discussão, podendo ser citados como exemplo o "Movimento de Educação de Base" (CNBB) em 1961, o Movimento de Cultura Popular do Recife no mesmo ano, Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha de Pé no chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal).

Nesta época também surge o SNEA (Serviço Nacional da Educação de adultos) e a implementação do supletivo, levantando novamente a discussão do analfabetismo que teve como principal foco o desenvolvimento nacional, porém, cabe ressaltar a discussão sobre o método pedagógico utilizado que homogeneizava seus alunos sem a preocupação de considerar os contextos em que estavam inseridos. E em 1967 com o golpe militar tem início o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o conhecido MOBRAL, com o intuito de formar alfabetos funcionais e garantir a educação continuada (STRELHOW, 2010). Este correlaciona o analfabetismo com a situação de subdesenvolvimento do país, e responsabiliza o analfabeto por sua situação de analfabetismo, tendo como um dos principais slogans o: "Você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável", o MOBRAL foi extintoem 1985 com a chegada da República.

Neste período militar, e por um fator econômico, são reduzidos os investimentos na área da educação. Porém aqui, é explícito pela primeira vez o direito educacional de adultos não escolarizados, como no dito por OLIVEIRA (2007):

O inciso I do artigo 208 indica que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito, "assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria". Em seu artigo 214, a Carta Magna indica também a que legislação "estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à • I – erradicação do analfabetismo, • II – universalização do atendimento escola.

Com a extinção do MOBRAL surgem outros movimentos com a Fundação Educar, que tinha o intuito de supervisionar e acompanhar os investimentos voltados para a execução de seus programas. E é aqui que a responsabilidade maior de educar jovens e adultos passa a ser municipal.

Em um cenário mais atual, no século XXI, temos a alta taxa de analfabetos e analfabetos funcionais, onde:

quase 20 milhões de analfabetos considerados absolutos e passam de 30 milhões os considerados analfabetos funcionais, que chegaram a frequentar uma escola, mas por falta de uso de leitura e da escrita, tornaram à posição anterior. Chega, ainda, à casa dos 70 milhões os brasileiros acima dos 15 anos que não atingiram o nível mínimo de escolarização obrigatório pela constituição, ou seja, o ensino fundamental. Somam-se a esses os neo analfabetos que, mesmo frequentando a escola, não conseguem atingir o domínio da leitura e da escrita (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 273).

2.2 O PERFIL POPULACIONAL DA EJA

Logo após toda esta discussão histórica da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e de forma estatística podemos estabe-

lecer um perfil da população que é afetada pelo analfabetismo no Brasil. Como já visto anteriormente, um dos maiores educadores brasileiros, Paulo Freire, levantou a discussão da importância de se educar levando em consideração o contexto social e realidade em que o aluno está inserido, logo ressalta-se a importância de conhecer o perfil desta população.

O autor defende que a Alfabetização de Jovens e Adultos precisa se dar em um contexto cultural, levando sempre em conta que o aluno deve ser o agente construtor da aprendizagem, o ensino deve ocorrer com o estudante tendo voz ativa. Para isto, o docente deve criar um ambiente onde o aluno possa, se medo, se abrir e se expressar, e com concepções metodológicas baseadas em diálogo constante e desenvolvendo o senso crítico do aluno, e sendo necessário para isto trabalhar com palavras e temas que fazem parte do vocabulário conhecido do estudante, gerando proximidade entre o aluno e o objeto de estudo.

Para Paiva (1983):

São homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias e moradores rurais. São sujeitos sociais e culturalmente marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Portanto, trazem consigo o histórico da exclusão social. São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas (Paiva, 1983, p. 19).

Para Arroyo (2005), os sujeitos que compõem a EJA são "Jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico-racial, do campo e da periferia". Há de fato e inegável relação entre marginalização social e o analfabetismo, sendo está sustentada estatisticamente. Um estudo do IBGE (2019) revelou que a Região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%). Isto representa uma taxa aproximadamente, quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul (ambas com 3,3%). Na Região Norte essa taxa foi 7,6 % e no Centro-Oeste, 4,9%. Sendo esta ainda maior para os homens de 15 anos ou mais de idade foi 6,9% e para as mulheres, 6,3%. Para as pessoas pretas ou pardas (8,9%), a taxa de analfabetismo foi mais que o dobro da observada entre as pessoas brancas (3,6%). (IBGE, 2023)

Diante dos dados apresentados, fica evidente também a correlação entre pessoas marginalizadas que, por falta de oportunidade educacional, recorrem a criminalidade para sobrevivência. Para Silva (2011):

Negros, pobres e jovens sofrem de violência institucional, por não acessarem plenamente os serviços de educação, saúde, entre outros direitos para uma boa qualidade de vida, e ainda sofrem repressão policial intensa e têm seu direito de defesa comprometido no sistema de justiça criminal, além da violência simbólica sofrida, ao serem responsabilizados pela violência. Mitos da violência e teses equivocadas são utilizados para conferir legitimidade à inclinação do sistema a uma maior abordagem e punição sobre os marginalizados.

Por fim, podemos em conforme com a pesquisa a supracitada podemos concluir o perfil dos alunos são oriundos de classes populares com pouca ou nenhuma instrução, em sua maioria pobres, vindos da periferia e negros, estes retornam ao ambiente escolar depositando neste suas ânsias e expectativas de melhoria na qualidade de vida, através da qualificação profissional, podendo assim pleitear melhores colocação no mercado de trabalho.

2.3 A IMPORTÂNCIA DO EJA E SEU PRINCIPAIS DESAFIOS

Diante de tal contexto, a EJA entra com a principal função de garantir um direito do cidadão, sendo este a educação, em caráter gratuito e integral, o que dá a este novos horizontes e oportunidades que antes, sob a escuridão da falta de conhecimento, não lhe eram possíveis. Isso reflete de forma direta na sociedade, transformando marginalizados em cidadãos completos, conhecedores de seus direitos e deveres, agentes na sociedade.

Muitas das pessoas que não frequentaram as salas de aula em idade adequada ou com a frequência necessária, não o fizeram por opção ou falta de interesse, mas antes pela necessidade e falta de oportunidade. E isso se dá em um cenário onde o instinto de sobrevivência põe à frente as necessidades básicas, como comer, ter moradia e sustentar sua família, fazendo com o jovem e adolescente precise ingressar mais cedo do que deveria no mercado de trabalho, e a prioridade da educação é consequentemente esquecida e deixada de lado.

Fazer com que este jovem tenha interesse e oportunidade de regressar à escola e recuperar o tempo perdido, também é um dos fatores de fundamental importância a ser considerado. Se fazem necessárias políticas

públicas de incentivo com o intuito de vencer o paradigma "estudar ou sobreviver?".

Essa reaproximação do educando com o ambiente escolar, entretanto, não deve ser feita de qualquer maneira. Expõe Freire (2000), que a aprendizagem é essencial ao proporcionar oportunidades expressivas e individuais, agindo como parte integrante de um amplo e complexo projeto. Sendo assim, ao apoiar continuidade a um projeto em aprendizagem, a escola necessita agir a programar seus métodos considerando a realidade vivencial do aluno, ou seja, precisa trabalhar com conteúdos que tenham significado para o aluno, voltados a temas ligados à sua realidade social como, trabalho, economia, desemprego, política entre outros, isto caracteriza a EJA como ato político de conhecimento.

Os alunos da EJA diferem dos demais, possuem características específicas, onde podemos destacar as expressões linguísticas usadas em diálogos cotidianos, seus conhecimentos prévios, sendo que aqui salienta-se a importância de a escola saber valorizar as formas expressivas, mas também oportunizando a reflexão para que possam entender a diferença entre a oralidade e a escrita. Apesar do fato de que as variáveis linguísticas devem ser aceitas, o domínio da língua culta é essencial para o convívio em sociedade.

Também é importante dizer que nesta modalidade o aluno deve ser visto com integralidade, sendo reconhecido como ser político, social e em potencial. A educação em sala de aula deve se dar de maneira ativa, deve existir espaço para que o aluno se expresse, e a antiga concepção de que somente o professor é dono da verdade deve ser extinta. Por isso, a mudança de Ensino Supletivo para Educação de Jovens e Adultos tem sentido maior que apenas uma mudança na escrita, como refletiu Soares (2002):

A mudança de “ensino supletivo” para “Educação de Jovens e Adultos” não é mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação.

O ensino que privilegia a parcela social mais favorecida está enraizado em nossa sociedade há séculos, como vimos no contexto histórico, e essa tradição precisa ser quebrada. Os métodos aplicados na educação têm de ser planejados e implementados de maneira a objetivar o alcance da igualdade social.

Neste aspecto, a EJA entra com papel de inclusão social, o conhecimento gera por esta modalidade de ensino abre as portas para a ingresso dessa população mais carente no ensino superior, os qualificando melhor, e gerando a possibilidade de melhores oportunidades no mercado de trabalho.

É importante falar sobre a questão da meritocracia, e levantar aqui uma reflexão sobre como as condições e a realidade em estes indivíduos estão inseridos torna a luta para o sucesso totalmente desigual e injusta. Para Bauman (2003),

Na sociedade atual, os indivíduos são produzidos para que acreditem que tanto o seu sucesso como o seu fracasso dependem exclusivamente deles mesmos. Só que junto com isso produz-se também o entendimento de que se é incompetente demais para chegar ao sucesso. O sucesso é para poucos. O fracasso para a grande maioria. Mas os dois têm em comum o fato de serem vistos como sendo de responsabilidade do indivíduo, como sendo fruto da liberdade de escolha. A obrigação de escolher é de todos. Mas tem resultados muito diferentes para os grupos humanos, dependendo do lugar que ocupam na rede social.

E isto, mais uma vez, valida a necessidade de elevar a EJA a maior importância, na luta em prol da igualdade social e inclusão.

Um dos desafios desta modalidade se dá frente a dificuldade de lidar com a diversidade e falta de homogeneidade dos alunos, o educador muitas vezes, dentro de uma única sala de aula, encontra desde um jovem de 15 anos com um pequeno atraso, até um senhor de 50 que nunca esteve em uma sala de aula. Aqui salienta-se a importância do investimento na formação específica dos profissionais da educação que atuarão nesta área.

O investimento na EJA tem sua relevância individual, trazendo inúmeros benefícios ao indivíduo que desenvolve suas capacidades e competências, mas também sua relevância coletiva, uma vez que, quanto mais indivíduos desenvolvidos mais perto chegamos de uma sociedade inteiramente desenvolvida, com a redução da criminalidade, aumento do número de profissionais qualificados em diversas áreas, maior rentabilidade e melhores oportunidades de emprego.

Outro desafio a ser enfrentado se dá muitas vezes pelo número insuficiente de unidade de ensino principalmente em periferias, fazendo com que a população carente tenha que se locomover grandes distâncias em busca da educação, implicando nos fatores tempo e distância. Em 2016 foram discutidas algumas políticas públicas considerando a implementação do Ensino a Distância na EJA, através da Resolução nº 1 de 2016:

Art. 1º: A presente Resolução define Diretrizes Operacionais Nacionais para regulamentar a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos níveis do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade de Educação a Distância (EaD), em regime de co-

laboração entre os sistemas de ensino.

O EAD se dá pela aprendizagem mediada por recursos tecnológicos, o que abre possibilidade para que discente e docente estejam em ambientes físicos diferentes, e se apresenta como promissor na modalidade EJA, sendo uma possível solução para o problema supracitado. Porém, para que funcione algumas medidas são necessárias, uma vez que o aluno precisa ter domínio sobre os meios tecnológicos e condições financeiras para possuí-los.

Porém cabe ressaltar que por mais que o EAD se apresente como promissor na EJA, esta não deve de forma alguma ser reduzida a modalidade a distância, já que se faz notório que os alunos da EJA, muitas vezes não procuram o ambiente escolar somente com o objetivo de finalizar os estudos, mas, buscam também como espaço de socialização e lazer, sendo importante este momento de aprender conviver com a heterogeneidade envolvendo diferentes culturas e gêneros, contribuindo também para a troca de conhecimento.

Em concordância, Max e Engels (2007) relatam que:

O homem precisa comer, beber, ter moradia, roupas e demais objetos que os amparam em sua sobrevivência e, na satisfação das necessidades, a aprendizagem produzida é fundamental à sobrevivência e continuidade da sua história. As relações sociais iniciadas no âmbito familiar expandem-se na sociedade, resultando numa educação adaptada ao período histórico que vive.

Os desafios enfrentados pelo sujeito analfabeto e iletrado em sua vida estimulam o regresso ao ambiente escolar, sendo visto como caminho promissor para a inclusão e melhora na qualidade de vida, entretanto, muitas vezes, os alunos não possuem incentivo ou o tempo necessário para dispensar nos estudos, portanto cabe a escola compreender e flexibilizar os horários e dias para atender melhor esta clientela.

Por fim, a urgência da inclusão social se faz evidente e não deve ser vista como dever unicamente dos alunos, a função do Estado é contemplar a implantação de políticas públicas e educacionais que objetivem e alcancem esta inclusão, oferecendo educação de qualidade, com maiores oportunidades de acesso ao mercado de

trabalho, proveniente de uma base de ensino planejada e estruturada na realidade do estudante, propondo uma formação contínua aos profissionais da educação que extinga de vez as práticas estereotipadas ainda presentes no ambiente escolar.

3. CONCLUSÃO

Como visto, são muitos os desafios que envolvem a EJA, e para superá-los se fazem necessárias medidas que possibilitem sua excelência, como a formação específica dos educadores que atuarão na área, a criação de políticas públicas de incentivo a população com o perfil destacado, que gerem oportunidades reais e permitam o acesso à educação de qualidade.

A educação tem o dever de emancipar a mente do homem, assim, a Educação de Jovens e Adultos tem que ser planejada e aplicada de forma a garantir a formação de cidadãos atuantes na sociedade, plenamente capazes de agir e alterar o contexto em que vivem, sempre levando em consideração suas peculiaridades com o princípio de equidade, e compreendendo-o como ser integral e potencial, para que assim paradigmas antigos sejam quebrados e o conhecimento seja deselitizado.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, M.; GOMES, N.; SOARES, L. (Orgs). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. São Paulo: Autêntica, 2005.

BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96. Brasília, 20 dez. 1996.

DI PIERRO, Maria Clara. VÓVIO, Cláudia Lemos. ANDRADE, Eliane Ribeiro. Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em:

https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html. Acesso em: 26 de janeiro de 2023.

OLIVEIRA, Romualdo L. Portela. Educação de Jovens e Adultos: o direito à educação. In: Mesa Redonda: Direitos Educativos e a EJA no Brasil. 16º Congresso de Leitura do Brasil – COLE, X Seminário de Educação de Jovens e Adultos. Campinas:

UNICAMP,2007, disponível em: http://www.alb.com.br/anais16/prog_pdf/prog01_01.pdf. Acesso em: 26/01/2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrih. Ideolo-

gia Alemã: crítica da mais recente filosofia Alemã em seus representantes, Feuerbch, B. Bauer e Stiner, e do socialismo Alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Bomtempo, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021.

Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN12021.pdf. Acesso em: 27 de janeiro de 2023.

PAIVA, V. P. Educação Popular e Educação de Adultos. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

SILVA, Geélison Ferreira da. Considerações sobre criminalidade: marginalização, medo e mitos no Brasil. Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.

STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 273.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil.

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, 2010.